

A “Sociedade de bem” e a Exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190¹

Nathan Nguangu KABUENGE²
Alda Cristina Silva da COSTA³
Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

Resumo

Observa-se que em programas televisivos de narrativas policiais paraenses, encontra-se com frequência uma categorização idealizante de uma sociedade considerada de “sociedade de bem” com uma carga indetentária de vitimização do cidadão chamado “de bem ou trabalhador”, em oposição a um cidadão considerado como indivíduo do mal. Este artigo busca refletir sobre a construção narrativa televisiva do enunciado “sociedade de bem” enquanto uma idealização de sociabilidade que se fundamenta na exclusão social do outro. A construção narrativa do outro nos programas policiais aponta para uma estratégia comunicacional de convencimento para o consumo de produtos jornalísticos ou não, e um procedimento sociopolítico de ‘chantagem’ e denunciamento para obtenção de privilégio mercadológico por parte da autoridade pública.

Palavras-chave: Sociabilidade; construção do outro; narrativa; Rota Cidadã 190.

Introdução

As narrativas da sociologia e da política clássica apontam numa possibilidade de que o homem teria, em busca de satisfazer seus impulsos de sobrevivência, se juntado com outro homem, para em conjunto vencerem as adversidades da vida vivida ou cotidiana.

Essa relação conjunta se chama hoje de sociedade, sendo um resultado perfeito de interação de harmonia ou de conflito entre indivíduos que se influenciam mutuamente para juntos reinterpretarem seu mundo e dar sentido aos seus atos e ações. Para Simmel, “a sociedade, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros”. (SIMMEL, 2006, p. 17).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do 7º. Semestre do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nathanguangu@yahoo.fr

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará; professora do curso de Comunicação Social e coordenadora do projeto de pesquisa Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense, parceria entre UFPA/CNPq. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

A mutuabilidade das influências que cada membro ou integrante do grupo sofre ou exerce sobre o outro remete a ideia da instabilidade de ligações entre indivíduos engajados numa experiência interativa que, para o mesmo autor, tais laços de associação entre os homens “são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações”. (SIMMEL, 2006, p. 17).

Percebe-se que, nos seus primórdios, a nova tecnologia inventada pelo homem, a sociedade, se fundamentou na interatividade entre indivíduos. Mas antes que essas interações ganhassem o sentido da intersubjetividade sociais, livre de todo interesse egoísta que os originaram, eram definidos por instintos individuais de busca de satisfação de impulsos mais legítimos de sobrevivência de seus autores como: comer, beber, se reproduzir, entre outras, ou seja, um tipo de interação principalmente calculista em que cada um ao sofrer ou exercer uma influência sobre seu próximo, tende a preservar e perpetuar sua vida.

Para Simmel, a mutuabilidade de influência que os indivíduos sofrem ou exercem sobre outros configura o que ele chamou de sociação, ou seja, a sociedade se define como “algo que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo”. Ou ainda, “um acontecer que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino e uma forma”. (ibid, p.18).

O ponto chave nestas afirmações sociológicas é a interação entre indivíduos que se figura como definidora da sociedade, isto é, a relação interativa pacífica ou hostil; de convivência ou de hostilidade entre o eu e o tu se configura como princípio fundamental para a significação e compreensão do mundo e permite que os indivíduos construam instituições capazes de regulamentar seu estar juntos fazendo com que, na sociedade tudo se constrói permanentemente e tenha significação somente através da interação entre eu e tu. Ou seja, a sociedade se constitui em um fazer-se contínuo.

Nesta perspectiva, a vida humana só é possível quando o eu vazio se preenche na presença do tu que também, se preenche na presença do eu fazendo com que a sociedade seja realmente um acontecer e não uma dádiva dada por vontade ou força externa a interação ou a relação intersubjetiva entre o eu e o tu que, mutuamente se revela ao outro discursivamente. Ou na concepção de Buber, “a união e a fusão em um ser total não pode ser realizada por mim e nem pode ser efetivada sem mim. O Eu se realiza na relação com o Tu; é tornando eu que digo Tu” (2003, p.13).

Essa relação observa-se contraditória nos programas policiais televisivos brasileiros em geral e paraenses em particular, do princípio da interatividade entre o eu e tu como chave definidora da sociedade. Nesses programas, também denominados de “programas televisivos populares” (FRANÇA, 2006, p. 37), com frequência e com enunciados demarcadores apresentam uma categorização idealizante de uma sociedade considerada “sociedade de bem” com sua carga indentitária de vitimização do cidadão chamado “de bem ou trabalhador” em oposição às ações do cidadão que os enunciados narrativos denominam de indivíduo do mal, preguiçoso e que desfruta gratuitamente das maravilhas de uma sociedade que não é dele.

Neste artigo, reflete-se a partir do conceito de sociabilidade de Simmel e da concepção dialogal da relação entre eu e tu de Buber, sobre a construção narrativa da “sociedade de bem” enquanto uma idealização de sociabilidade que se fundamenta na exclusão sociocultural do outro, tomado como inimigo. Do mesmo modo busca-se entender de que forma a construção midiática se utiliza das estratégias comunicacionais no consumo de produtos jornalísticos através daquilo que denominamos de ‘economia do medo’.

A presente escrita foi elaborada a partir dos resultados do projeto de pesquisa “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”⁴, em que oito programas televisivos paraenses das emissoras TV Record e Rede Brasil Amazônia de Televisão-RBATV, ligada a Band, foram analisados. Como recorte analisa-se a narrativa jornalística do programa “Rota cidadã 190” da emissora RBATV, exibido aos sábados às 11 horas. Além de ser transmitido pela emissora também é veículado ao vivo na web no site da DOL TV.

O Rota Cidadã 190, criado em 2009, é apresentado por Joaquim Campos, que autodenomina o programa de o primeiro reality show policial da TV brasileira (paraense), com o objetivo de acompanhar o cotidiano da Polícia no combate ao crime, assim como mostrar as ações policiais contra a criminalidade nas ruas.

Para Campos,

O Rota tem uma peculiaridade única: a informação instantânea. Pois existe vários programas policiais que seguem um jornalismo de narração.

⁴ O projeto de pesquisa é desenvolvido desde agosto de 2012 na Faculdade de Comunicação/Universidade Federal do Pará em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –CNPq. O projeto está estruturado em três etapas: na primeira com análise dos jornais impressos paraenses, Diário do Pará, O Liberal e Amazônia; na segunda etapa, análise de 08 (oito) programas televisivos paraenses das emissoras Record e Rede Brasil Amazônia de Televisão, ligada à RBA e, a terceira etapa, análise das mídias sociais na internet Facebook e Twitter.

Procuramos mostrar o que acontece no próprio ato. Para isso, eu preparei uma equipe muito boa de reportagem. E eles nunca podem desligar o telefone, pois a qualquer momento podem ligar e o repórter deve chegar em 15 minutos no local do crime. Temos uma integração muito grande com a Polícia Militar, por isso sempre chegamos em primeiro lugar⁵.

No programa, constata-se que o apresentador utiliza bastante a linguagem informal e às vezes aparece como um ‘cômico cínico’, ironizando as desgraças humanas e as pessoas nelas envolvidas. De acordo com Barthes (2011), ele se configuraria num narrador, ou seja, uma “espécie de consciência total, aparentemente impessoal, que emite a história do ponto de vista superior” (2011, p. 49-50), julgando, condenando ou inocentando os suspeitos de cometer crimes. Com seu poder, o apresentador categoriza os cidadãos em “cidadãos de bem” e outros, que implicitamente, seriam os “cidadãos de mal”.

Na análise de duas edições do meses de abril e maio de 2014, constata-se que o programa Rota Cidadã, mistura de um lado, informação e entretenimento e, de outro, o factual com o ficcional. Nas suas estratégias comunicacionais, o programa utiliza os dispositivos narrativos que, ao buscar a comoção da população, se baseiam num discurso paradoxal de denunciamento centrado na crítica ao poder público estatal ou municipal, mas elogiando o trabalho da polícia em geral como se a corporação não integrasse o poder público.

O programa se configura assim, como autorepresentação e autoafirmação da emissora em geral e do apresentador em particular, que se apresenta como um super-herói que luta contra as forças do mal, mesmo sem força, para defender a “sociedade de bem”. Apesar do programa se apresentar como factual e investigativo, observa-se que ele narra as mesmas histórias e histórias com uma nova roupagem em função do dia. Além disso, a narrativa se constrói em torno do suspeito de cometer o crime.

A narrativa do programa, como toda narrativa, tem início, meio e fim, mas é o apresentador que reinterpreta os acontecimentos dando um sentido de verossimilhança discursiva. Ou seja, o apresentador elabora critérios que encenam a participação dos dois lados, a voz da polícia e dos suspeitos de cometerem crimes, criando a sensação de imparcialidade e objetividade na narração dos fatos ocorridos.

Sociabilidade e os programas televisivos

⁵ Entrevista do apresentador do programa, Joaquim Campos, concedida ao portal da emissora. Para ler toda a entrevista, acesse <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=67234>

O surgimento da sociedade é subjacente ao desejo humano de enfrentar juntos as adversidades da vida e de construir um futuro em comum, fazendo com que a vida encontre a sua plenitude e seu significado nas interações dialogais discursivas, e de experiência sociocultural entre o eu e o tu. Neste sentido, a sociedade se configura não como pronta, ou, determinada unilateralmente pelo eu nem pelo tu vazio, mas como um acontecer em permanente construção.

Isto implica que o indivíduo, mesmo dominado por impulsos egoísta de autossuficiência e de autorealização, para sua existência como indivíduo, precisa do outro não só como objeto de experiência para seu entendimento e interpretação do mundo, mas também como o seu eu exterior que preenche seu vazio existencial.

Nem sempre as interações entre indivíduos acontecem harmonicamente, se realiza também numa atitude de confronto e de luta para a satisfação de impulsos individuais:

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. (SIMMEL, 2006, p. 59-60)

O antagonismo presente na interação eu-tu geralmente motivado por instinto individualista de sobrevivência, será barrado por regras abstratas gerais que regulamentaram o comportamento do eu e do tu para que não haja violação de direito de um para o outro. A sociabilidade assim, se configura como dispositivo que capacita os indivíduos viverem em sociedade por meio da socialização que estabelece regras de convívio entre os indivíduos caracterizando seus modos de viver ou de estar.

Em Simmel, o fenômeno de sociabilidade acontece só quando as interações individuais que determinaram a sociação entre indivíduos se libertam desses impulsos individuais e se autonomizam desses fins para se tornarem valor em si. Esses impulsos por si sós, segundo o autor, não são sociais. Eles se tornam fatores de sociação somente quando conseguem reunir os indivíduos isolados em uma forma de sentimento de querer estar junto e de interagir discursivamente num compartilhamento mútuo de experiência entre eles.

Neste sentido, a sociação passa a ser a forma na qual os indivíduos, “em razão de seus interesses se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam”. (SIMMEL, 2007, p. 60). A forma, entendida como construções coletivas de indivíduos que se autonomizaram possibilitando que suas vontades

sejam ou não satisfeitas. Isto é, são construções que se distanciaram de impulsos individuais que lhe deram vida ou que não mais dependem da vontade individual que as originaram. Essas formas se configuram para o autor na sociabilidade.

Portanto, a sociação seria o resultado de combinação de formas sociais definidas e a sociabilidade seria a autonomização dessas formas, ou seja, “essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais”. (ibid, p. 64).

A transformação dos conteúdos individuais em conteúdos sociais possibilita aos indivíduos dialogarem discursiva e interativamente em busca de estabelecer ações recíprocas de compreensão, entendimento e interpretação do mundo.

No diálogo com Simmel percebe-se no presente artigo, se por um lado, parece nos fornecer elementos que nos possibilitam entender que os fenômenos sociais não podem ser explicados ou em certa medida solucionados por meios de conteúdos individuais isolados como objetiva a enunciação midiática de “sociedade de bem” dos programas televisivos paraenses, mas em considerar a sociedade como um lócus de interação amistosa ou conflituosa entre indivíduos que reciprocamente se influenciam positiva ou negativamente nas suas ações cotidianas.

Por outro lado, configura como dispositivo que possibilita a redução ou a minimização dos atritos que pode surgir na interação entre o eu e o tu, pois, através da socialização baseada na reciprocidade de ações entre indivíduos, a sociabilidade favorece a “auto-regulação do indivíduo em sua relação com os outros, e num nível em que nenhum interesse egoísta, externo ou imediato, possa assumir a função reguladora”. (ibid, p. 66).

A auto-regulação comportamental do indivíduo que a sociabilidade possibilita aponta como eixo central na escrita deste trabalho, uma vez que consideramos que a unilateralidade individualista da questão da violência nos programas televisivos paraenses, apontada no enunciado “sociedade de bem”, se constitui em mero dispositivo argumentativo de convencimento capitalista de consumo quando coloca o eu no centro do universo, aniquilando o tu.

Eu e Tu em Buber

Em Martin Buber (2003), encontra-se uma dimensão dialógica da relação entre o eu e tu como fundador da comunidade em que o eu e o tu encontra-se em permanente resignificação e confrontação mútua no entendimento do mundo e do seu estar em relação.

A concepção buberiana da relação apresenta o indivíduo como um ente social relacional, dialogal e comunicacional para seu entendimento e compreensão do mundo. Neste sentido, o estar junto ou o comunicar junto ou ainda o dialogar junto, pensamos, faz com que a vida no cotidiano seja uma arte que propicia uma experiência gozante somente na presença do outro e revela a limitação da vida individual e que pode atingir sua completude somente na confrontação discursiva com o outro.

O Homem, para Buber (2003), pode se relacionar com o outro ou com o mundo, através de duas atitudes definidas pelas palavras-princípios: Eu-Tu (mundo da relação) e Eu-Isso (mundo de experiência). Para Buber (2003, p.XLIV), “A primeira é um ato essencial do homem, atitude de encontro entre dois parceiros na reciprocidade e na confirmação mútua. A segunda é a experiência e a utilização, atitude objetivante. Uma é a atitude cognoscitiva e a outra atitude ontológica”.

A primeira palavra-princípio remete a prática dialogal da vida humana e a segunda, remete a experiência, conhecimento e a utilização, ou seja, um mundo do Isso. Para o autor, somente na relação eu-tu que se realiza a alteridade por possibilitar a reciprocidade presencial entre o eu e o tu. Como na palavra-princípio eu-isso, o outro se encontra como objeto de experiência, não há possibilidade da realização da alteridade.

Neste sentido, “o encontro onde a totalidade do homem está presente e onde existe total reciprocidade é um dos modos de EU-TU. É errado catalogar todos os outros modos de EU-TU, que não conhecem a total reciprocidade, como modos de EU-ISSO”. (2003, p. XXVI). Sendo assim, ao se relacionar ou dialogar discursivamente com o tu, o eu se completa e se realiza como indivíduo consciente:

O homem se torna EU na relação com o TU. O face-a-face aparece e se desvanece, os eventos de relação se condensam e se dissimulam e é nesta alternância que a consciência do parceiro, que permanece o mesmo, que a consciência do EU se esclarece e aumenta cada vez mais. De fato, ainda ela aparece somente envolta na trama das relações, na relação com o TU, como consciência gradativa daquilo que tende para o TU sem ser ainda o TU. Mas, essa consciência do EU emerge com força crescente, até que, um dado momento, a ligação se desfaz e o próprio EU se encontra, por um instante diante de si, separado, como se fosse um TU, para tão logo retomar a posse de si e daí em diante, no seu estado de ser consciente entrar em relações. (BUBER, 2003, p.32).

O que contrasta com o eu da palavra-princípio eu-isso que só experimenta e usa coisa na sua frente para entender e conhecer o mundo para domina-lo e transforma-lo. Para o autor, o mundo do eu-isso é um mundo de experiência e de uso de objeto e não de relação.

Embora seja necessária a palavra-princípio eu-isso para a aproximação do homem ao mundo através de experiências científicas, não pode definir por completo a existência humana, pois, mesmo que “o homem não pode viver sem o ISSO, mas aquele que vive somente com o ISSO não é homem” (BUBER, 2003, p. 39).

Neste sentido, para a realização da sua humanidade, concordando com o autor, o homem precisa se relacionar com seu próximo não como sujeito de experiência, mas como o seu eu exterior que lhe atualiza e lhe dá sentido. Pois, “O TU orienta a atualização do EU e este, pela sua aceitação, exerce sua ação na presentificação do outro que, neste evento, é o seu TU.” (ibid, p. LVIII).

A colocação do autor se faz presente na sociedade contemporânea em que o homem cada vez mais perde o gosto de dialogar ou discutir com outro em busca de construir uma experiência baseada nas ações mútuas e recíprocas de entendimento e interpretação do mundo, prefere se isolar numa experiência virtual que lhe possibilita estar ao mesmo tempo em qualquer lugar, portanto, em nenhum lugar. Ou a entender o outro apenas pelas construções discursivas midiáticas.

A dimensão dialogal que Buber destaca na relação inter-humana que é uma chave importante da capacidade humana de estar junto e de construção mútua de uma experiência intersubjetiva discursiva de interpretação e compreensão do mundo em prol de transformação de vida em arte parece ser deixada de lado na tipificação midiática de “cidade de bem” para promover a subjetividade que considera o outro não como parceiro da prática discursiva dialogal de compreensão e interpretação da realidade vivida, mas como um potencial inimigo ou inimigo a ser controlado, dominado e talvez eliminado na órbita do seu planeta existencial.

No enunciado “cidade de bem” o tu proferido não é o tu da palavra-princípio eu-tu de relação, mas o isso da palavra-princípio eu-isso por remeter ao outro não como parceiro dialogal, mas como objeto de experiência ou de uso a dominar, vigiar e punir se necessário para a segurança do “cidadão de bem”.

O apresentador do programa Rota Cidadã ao descrever as pessoas envolvidas nos crimes, utiliza as seguintes expressões, conforme constatado no programa do dia 26 de abril de 2014: mundo do crime, atacar bandido, levou farelo, buscar vagabundo, imundice vai para o inferno, conhece essa raça, virar zumbi, canalha, bandidagem, safados, comemorar sua menoridade na cadeia, nossa festa, caçada, limpar a cidade entre outras.

“Sociedade de bem” e a construção do outro

É comum para um telespectador paraense que assiste aos programas televisivos de violência ouvir o enunciado “cidade de bem”, repetido várias vezes pelos apresentadores destes programas de narrativas policiais, assim como por alguns policiais entrevistados nestes programas.

Ao analisar o enunciado acima, que é uma construção ideal, percebe-se que tal construção enunciativa se fundamenta sobre o desejo social de proteção fossilizada no cotidiano paraense dos indivíduos que buscam a segurança por suas propriedades⁶: bens materiais em si e a vida.

Entre as propriedades, a vida representa para o homem, uma propriedade inalienável que deve ser protegida a qualquer custo. Por isso, na sua passagem do estado de natureza para a sociedade, o indivíduo criou artifício ou contrato social a partir da práxis cotidiana para assegurar e proteger a sua vida.

Neste sentido, ao falar de “cidade de bem” que supostamente remete a uma sociedade livre de violência ou vicissitude humana, o programa analisado, em certa medida, canaliza o impulso primitivo de proteção de vida do indivíduo que lhes presta ouvidos num projeto idealizante de exclusão do outro disfarçado em prestação de serviço público, mas que na verdade é uma prática comunicacional estratégica de convencimento discursiva. Falas do apresentador neste sentido podem ser identificadas no programa do dia 03 de maio de 2014:

“Ah, eu sou trabalhador [imitando o acusado], eu to sem *problema* eu. Eles botam um “eu” depois que até hoje eu não entendi porque”; “Eles pegaram um elemento que dizia ser “aviciado”, que tinha um “alvaral”. É aquele de estender roupa é? Um alvaral”; “Homicida, é inseticida, tudo com cida. Ô canalhada!”; “A equipe do Rota não descansa. Tudo minhas crias, tem uns até querendo me substituir [barulhos incompreensíveis]. Hmmm, vai ter que gastar muita sola de sapato! Tem que chegar em casa cheirando àquele pitiú de sangue, sabe como é?”; “Eu vou chorar por causa de sangue de bandido?”; “Vocês viram né? O cara deitado lá no colchão, cheio de ácaro. A polícia bateu na porta, ‘é a polícia, é a polícia!’, meteu o pé na porta”; “Mas eu gosto dessa história! Gosto desse quebra-porta. Vão lá, pegam o vagabundo e bora... Bora, vai pra cadeia, foragido. Ai, palhaço!”; “Faz cara de santo e diz ‘ah, eu errei, vou pagar a minha pena’. Vai mano! Porque a gente aqui fora tá de saco cheio”; “Tinha droga na bunda? É, bem o lugar onde colocar isso aí mesmo! (Apresentador Joaquim Campos – Rota Cidadã – edição do dia 03/05/2014).

⁶ Considera-se aqui a definição de propriedade do John Locke que definiu a propriedade do indivíduo como: “sua vida, liberdade e propriedade” – em outras palavras, ele próprio e seus direitos naturais como um todo, não apenas sua propriedade em seu sentido habitual” (LOCKE, [2006?], p. 9).

Sendo uma representação social, a “cidade de bem” se fundamenta na reorganização e reinterpretação do imaginário social produzido e compartilhado por indivíduos que buscam uma saída de emergência para a proteção da sua vida. Essas representações norteiam o significado e sentido que os indivíduos criam do seu mundo, pois, de acordo com Moscovici (2007, p.46), “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”.

Na contemporaneidade, sem ter uma visão determinista nem reducionista, as representações sociais contemporâneas são produzidas em grande parte pela mídia. Isto nos ajuda a entender a importância da mídia em geral e do programa analisado aqui, na discussão e construção do sentido da violência pela sociedade paraense.

A concepção da representação social moscoviciana nos auxilia perceber que o enunciado “cidade de bem”, sendo um projeto platônico no formato progressista da razão iluminista mecânica, é uma representação social da exclusão sociocultural do outro.

Tal exclusão, paradoxalmente, concordando com Magalhães (2014) e Souza (2014), é fonte produtora da violência que se pretende lutar e erradicar nestes programas televisivos paraenses. Para os autores (2014, p. 54), “uma das causas centrais da violência na contemporaneidade é a negação da diferença. O não reconhecimento do outro como pessoa”. Para ele, a rejeição, o rebaixamento ou encobrimento do outro está na base de violência típica da modernidade.

A negação do outro em Magalhães e Souza encontra-se presente no enunciado “cidade de bem” que pressupõe o imaginário ou povoamento por “cidadão de bem” ou “cidadãos trabalhadores” negando *ipso facto* a cidadania a uma parte do povo paraense que não se inclua neste enquadramento.

Esse processo de negação do outro na enunciação narrativa de “cidade de bem” possibilita a construção do outro considerado como o isso que o eu nomeia para entendê-lo, controlá-lo e puni-lo. O outro é sempre apresentado como inimigo a ser controlado ou eliminado para o bem da sociedade como deixa entender a retórica “bandido bom é o bandido morto”.

Sendo um isso, conforme aponta Buber, o outro é construído de antemão no Rota Cidadã 190 enunciativamente como: bandido, vagabundo, assaltante, estuprador, ladrão, entre outras designações, sem levar em conta os direitos que a lei brasileira lhe concede como suspeito de cometer o crime antes de resultado das investigações.

O projeto de “sociedade de bem”, ao negar o direito do outro para se defender antes da sentença judicial sobre o desvio do seu comportamento, se configura como um projeto de subjugação do outro. Um outro que não tem direitos, que não é levado em consideração e nem ouvido pelos meios de comunicação.

Da perspectiva legal, se entende como exclusão ou negação do acusado no enunciado “cidade de bem” como violência na medida em que este já não tem uma responsabilidade moral ou social para ser considerado como parceiro dialogal na construção mútua da experiência social.

A responsabilidade moral ou social do tu não é necessariamente um crivo de sua proibição ou sua aceitação como co-sujeito do eu na ação hermenêutica do entendimento e interpretação do mundo. Ele é uma condição *sine qua non* sem prejulgamento nenhum sobre sua consciência quando se quer construir uma sociedade entendida como uma aglomeração de indivíduo que se relaciona.

A questão da consciência do outro será resolvida através da socialização da comunicação estabelecida entre o eu e o tu que, sendo implicado numa experiência comunicacional de convencimento mútua se verá obrigado a adequar seu comportamento para se corresponder com a palavra-princípio eu-tu lhe endereçado pelo eu.

O outro na mídia

Entendendo a mídia em geral e em particular, o programa televisivo de violência analisado como importante para pautar o debate racional sobre a violência, consideramos que a enunciação de “sociedade de bem” é paradoxalmente uma estratégia comunicacional produtora de violência e não um dispositivo que possibilita uma discussão racional sobre esta temática de violência na sociedade paraense

A discussão racional se realiza somente quando não se tem restrição de participação, também quando se considera os pontos de vistas alheios e que só as opiniões que satisfazem o crivo discursivo crítico entre iguais podem emergir para defender o interesse geral.

O quadro de discursividade e de visibilização da opinião é chamado de esfera pública por Habermas (2003) e se configura como uma terceira esfera entre o poder público e a sociedade em que se elaboram visões alternativas para o interesse geral.

Não é objetivo deste artigo aprofundar o debate sobre esfera pública, mas implicitamente a discussão é suscitada quando o problema social violência é colocado em

pauta pelos meios de comunicação, principalmente a televisão, que tem pulverizado sua programação com programas que tratam sobre as narrativas de violência.

Com a mídia, emergiu uma nova esfera pública considerada por Gomes (2008) como uma esfera dominada pelos meios de comunicação de massa. Embora seja criticada por privilegiar mais a visibilidade midiática que a discursividade racional entre pares acerca de um interesse comum, não deixa de ser, na contemporaneidade um espaço de discussão messiânica de imortalização da fama e de publicização da opinião pública.

A noção da esfera pública, seja clássica ou midiática, ao permitir uma reciprocidade ou uma mutualidade de ações entre pares, acreditamos pode ajudar a avançar na discussão aqui empreendida sobre a construção enunciativa de “cidade de bem” junto com a concepção simmeliana da sociabilidade e da relação dialógica buberiana que, em ambas as concepções, encontra-se o princípio chave de reciprocidade ou mutualidade de ações entre o eu e o tu.

Neste sentido, a dimensão dialógica da relação buberiana e a reciprocidade das ações presente na sociabilidade simmeliana podem, em certa medida, se revelarem como filtro de comportamento egoísta do tu ou do eu em prol de promover atitude comportamental propício para a preservação da propriedade de ambos.

Isso será possível somente quando se deixa de lado as paixões individuais e psicológicas de cada indivíduo a fim de permitir a emergência das aspirações gerais. Mas isso não parece ser o caso no enunciado “cidade de bem” que promove as paixões egoístas de dominação e esmagamento do outro.

Nesse sentido, a comunicação, entendida como ação de compartilhar e partilhar se revela capaz de minimizar e balizar o desequilíbrio comportamental que pode surgir na relação discursiva entre o eu e o tu que, em geral, acontece num clima de atrito ou tensão, mas com a socialização que racionaliza as atitudes de indivíduos implicados numa sociabilidade, possibilita que o eu e o tu, mesmo no meio de conflito, se redescobre e renova seu desejo e vontade de viver juntos de acordo com o interesse comum ou geral.

O interesse geral só emerge quando se descarta o individual e se promove o geral. Quando o particular começa a primar sobre o geral ou quando se mistura o geral e o particular como o faz as práticas discursivas dos programas analisados através do enunciado “cidade de bem”, provoca a quebra da fronteira entre a esfera privada e a esfera pública causando o que Hannah Arendt (2007), considerou como uma situação em que a ação perde seu alvo na esfera pública cedendo lugar a um comportamento definido por uma razão

mecânica, ou seja, a valorização do social em detrimento do público e também do privado originando a depravação da esfera pública.

Na concepção da autora, a esfera pública é um locus de revelar-se, ou seja, um lugar em que se realiza a alteridade ou de ser outro, quer dizer, um mundo de si aos outros. Isto é, um mundo em que o sujeito se liberta da tarefa da família ou da vida privada para coparticipar com seus pares na vida pública.

Menos filosófico, Sennett (1998) ao explicar sobre o declínio do homem público a partir da explicação psicológica mostra que o declínio da esfera pública surgiu com a invasão dos assuntos privados ou psicológicos no público pautados como se fosse público. A explicação do Sennett dá um ganho considerável para este artigo por nos possibilitar perceber na construção narrativa do programa televisivo paraense analisado pautar a questão da segurança como se fosse um assunto privado que só interessa ao eu que se sente ameaçado pelo tu.

A discursividade narrativa do Rota Cidadã sobre o enunciado “cidade de bem” deixa mostrar que as paixões do eu prevalecem sobre o interesse geral da proteção da propriedade de cada integrante da sociedade paraense. Ou seja, o eu proferido neste programa é um eu vazio inativo produto fidedigno de um neoliberalismo do capitalismo tardio fundamentado num consumismo frenético de imagem apolínea cuja catarse confunde a percepção do estar ter com o estar ser. Ou então, em que o interesse é na audiência do programa.

Um eu que profere o tu não como co-sujeito da relação definidora ontológica do ser, mas como objeto de experiência e de conhecimento, ou seja, um isso. Sendo um isso, para entendê-lo e conhecê-lo, o apresentador do programa paraense, na ação original adâmica de nomeação e conhecimento de seres existentes, nomeia o outro como sendo delinquente, bandido, canalha, entre outros adjetivos.

Com a construção do outro como inimigo da sociedade que o panóptico midiático desvendou, as edições analisadas do Rota Cidadã, estabelecem dispositivos de controle e de punição para vigiar as ações do tu que, em certa medida, se faz “urgente conter, e mesmo provavelmente, repelir, rejeitar – *excluire* –, esse eterno invasor”. (LANDOWSKI, 2012, p. 9, grifo do autor). Que ameaça a existência e o bem estar do eu considerado como cidadão de bem e trabalhador. Neste sentido, a morte do outro parece desejável.

Percebe-se que os dispositivos narrativos de convencimento discursivos e comunicacionais que o programa analisado utiliza na construção do tu por meio do enunciado “cidade de bem” ou “sociedade de bem” não permite uma discursividade

racional sobre a temática violência na sociedade paraense, por contaminar o debate com as pulsões privadas de sobrevivência, baseadas na negação do outro como sujeito coparticipante na construção da sociabilidade.

Esse dispositivo enunciativo de “cidade de bem”, sendo um artifício causador de violência, é uma estratégia narrativa de comunicação persuasiva mercadológica que ao revelar o rosto oculto do suposto criminoso, capitaliza as paixões e impulsos frenéticos irracionais de sobrevivência do eu vazio e egoísta para passar sua mensagem de medo sustentáculo da economia do medo e venda de seus produtos jornalísticos ou não diários.

Além disso, ao corporificar a violência na pele do tu, o programa Rota Cidadã credibiliza seus atos de denunciamento e chantagem disfarçada em prestação de serviço público para obter privilégio sociopolítico por parte dos responsáveis pelas políticas públicas de segurança. Estes, em contrapartida, buscam preservar sua credibilidade e legitimidade que na contemporaneidade dependem da visibilidade midiática.

Neste sentido, o projeto ideal de “sociedade de bem” ao invés de ser um baluarte para a luta contra a violência na sociedade paraense se configura como fonte de violência por ser um projeto de exclusão e de coisificação do outro. Ou dito de outra forma, o eu olha para o tu com o prazer sádico da exclusão e subjugação do outro.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; et al. **Análise estrutural da narrativa**: pesquisas semiológicas. Traduzido por Maria Zélia Barbosa Pinto. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011, P.19-62

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Tradução do alemão, introdução e notas por Newton Àquiles Von Zuben. 6 ed. São Paulo: Centauro, 2003.

FRANÇA, Vera (org.). **Narrativas televisivas**: programas populares na TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOCKE, John. **Segundo tratado do governo civil**. Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. [s.l.]: Editora Vozes, [2006?]. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociosemiótica. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MAGALHÃES, J. L.Q.; SOUZA, T. R. Violência e modernidade. In: ROSÁRIO, Â. B.; NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (orgs.). **Faces da violência na contemporaneidade**: sociedade e clínica. Barbacena, MG : EdUEMG, 2011. P. 54-68

MARCONDES FILHO, Cirio. **A produção social da loucura**. São Paulo: Paulus, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social; editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

GOMES, Wilson. A esfera pública dominada pelos meios. In: _____; Maia, ROUSILEY C. M. **Comunicação e democracia**: problema e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 48-52